
Daniel Afonso da Silva

Mestrando em História pela Universidade de São Paulo

MOREL, Marco

As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa. Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)

São Paulo: Hucitec, 2005.

Espaço público de atuação política é das hipotecas que mais pesam sobre a compreensão da história do país. Ambiente de intersecção de sociabilidades, vozes, idéias, gritos, gestos, cenas, opiniões que confere textura e mobilidade permanente ao Estado, sociedade e nação brasileiros. Temática relativamente pouco visitada por nossa historiografia, finalmente recebe – agora em língua portuguesa – uma de suas mais vigorosas contribuições. Há uma década defendida como tese de doutoramento na Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne), a já notória *La formation de l'espace public moderne à Rio de Janeiro (1820-1840): opinion, acteurs et sociabilités* de Marco Morel representa um singular e inovador estudo sobre a dinâmica do espaço público fomentado pelo cenário político e cultural da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX.

Permeado por uma escrita de esmerada carpintaria, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)* desarticula interpretações tradicionais sobre o período apresentando fontes e aportes teórico-metodológicos bastante originais. Vincula a transitoriedade política, literária e cultural entre Europa – em especial, França e península ibérica – e América – império do Brasil e Rio de Janeiro. Acentua a metamorfose, não puramente influência, das idéias liberais no circuito transatlântico. Analisa a passagem do absolutismo ao liberalismo constitucional e suas mutações na esfera pública da cidade imperial. Interpreta a imprensa como um veículo propício para a formatação de opiniões público-pedagógicas e o esboço de caracteres identitários nos diversos grupos que compuseram a trama política da formação do Estado nacional brasileiro.

Munido de refinado arcabouço teórico – Jürgem Habermas, Reinhart Koselleck, Pierre Rosanvallon, Roger Chartier, Daniel Roche, Pierre Bourdieu, Maurice Agulhon, Arlette Farge, François-Xavier Guerra (orientador do trabalho) – e documental – em especial a *Correspondance Politique - Brésil* e demais documentos depositados em arquivos franceses e brasileiros – Morel estuda as transformações e formação dos espaços públicos no Rio de Janeiro entre 1820 e 1840. Não se trata de uma análise urbanística ou de administração pública, mas da interação de diferentes atores políticos, idéias, opiniões e formas de sociabilidade em espaços físicos diversificados.

A periodização (1820-1840) engloba do movimento liberal luso-brasileiro à conturbada estruturação do Estado nacional perfilada em independência, abdicação e regências inseridos na crescente ampliação do movimento de informações, opiniões, idéias e convicções via imprensa. Mas, desde a ancoragem das embarcações da família real nos portos do Rio de Janeiro em 1808, o cenário político, cultural, social de todo o império se alterou substancialmente. Teve início o que se convencionou chamar *interiorização da metrópole* – expressão cunhada por Maria Odila Leite da Silva Dias. A saber, um rearranjo da esfera metropolitana na parte americana do império português. O Rio de Janeiro teve seu caráter de centro político, econômico, artístico, cultural tonificado. Passou a paradigma organizacional

das demais províncias. E, ao mesmo tempo, filtro da aceleração de tempo histórico proporcionada pela crise do antigo regime europeu e do sistema colonial português. Desde então, o trânsito de gentes, tendências e convicções foi ampliado consideravelmente.

Em fevereiro de 1824, desembarcou nessa cidade imperial o livreiro e editor francês Pierre Plancher. Egresso de perseguições políticas do contexto da Restauração na França, possuía expressividade comprovada em Paris – editou cerca de 150 títulos, entre eles Benjamim Constant, François Guizot, marquês de Lafayette, Voltaire. Instalou sua livraria na Rua do Ouvidor, 95, centro do Rio de Janeiro. Possibilitou a divulgação da cultura européia e a difusão de modelos civilizatórios. Sua chegada coincidiu com o país recém-independente e o Estado nacional em construção e sem organização cultural conciliável à nova situação.

O perfil de Pierre Plancher, nos termos de Morel, "encaixava como uma luva" (p. 29). Ele defendia o liberalismo constitucional, rejeitava os "horrores" da Revolução Francesa e das rebeliões de escravos, valorizava os autores do iluminismo e uma tendência imperial de estilo napoleônico; todos fatores convergentes aos ideais de d. Pedro I. Assim, com apoio monárquico, conduziu um ambiente de leitura, releitura e mediação das *Luzes* e das "novas idéias" de modernidade política no Rio de Janeiro. O leitor da corte imperial encontraria na livraria Plancher uma estratégia intelectual, depositária da "metrópole cultural" (França), de criar mártires, recuperar verdades oprimidas, denunciar violências, condutas arbitrárias e reconstruir identidades culturais e civilizatórias.

A assimilação dessas "novas idéias" conjugada às especificidades dos agrupamentos intelectuais, econômicos e culturais fomentou a criação de controvertidas identidades políticas no cenário político brasileiro. A imprensa, os debates políticos e os depoimentos de diplomatas franceses (fontes básicas de Morel) constataram a fluidez – ou ausência – dos partidos políticos e das convicções partidárias nesse novo ambiente. Diante da vasta historiografia sobre essa questão, Morel é bastante seletivo. Entre as hipóteses de homogeneidade político-territorial pela manutenção da escravidão (Varnhagen, 1857; Faoro, 1958; Uricoechea, 1978), a subordinação econômica (Lenharo, 1979), correntes de pensamento (Pereira Silva, 1878; Moreira de Azevedo, 1881), centralização/descentralização dos jogos de poder na corte (Lyra, 1985), dualismo entre absolutismo e liberalismo (Neves, 1992), ratifica a formação de blocos de poder, o que reforça o celebrado dito do visconde de Albuquerque "não há nada mais parecido com um Saguarema do que um Luzia no poder." Ou seja, convicção partidária (mesmo inexistente) e heterogeneidade do esquema político são cooptados pelo poder.

Essa elite política, dividida nesses blocos de poder, tinha como espelho a civilização européia. Era lema da modernidade domesticar a natureza como caminho para o progresso da civilização. Brancos, europeus, europeizados, civilizados, eram considerados racionais e capazes. Negros, mestiços, brasileiros, escravos, americanos, republicanos eram vistos como selvagens ferozes, bárbaros, irracionais, animais não domesticados. Metáforas englobando monstruosidade a aparências deformadas eram os fundamentos da retórica dos discursos no campo político.

A construção da modernidade política brasileira prescindiu de uma espécie de "zoologia política". Aqueles que eram vistos como não portadores de uma racionalidade, eram rapidamente associados a animais. A anima-

lização visava desqualificar o adversário. Víboras contra a pátria, loucura contra a razão, barbárie contra a civilização, feras, "Bixaria" "galinhas de Guiné", "Tigres e meios Macacos", "onças colombianas", "matilha jezuítica", bodes, cabras, cabritos, camelos (p. 84-91), eram expressões freqüentes nos debates políticos da época da consolidação da independência do Brasil, no Rio de Janeiro.

Esses blocos de poder, insiste Morel, eram bastante heterogêneos e compostos por indivíduos de diversas procedências. Proprietários rurais, profissionais liberais, padres, funcionários públicos, médicos gravitavam em todos os segmentos. O cenário político é dividido em pelo menos três segmentos: exaltados, moderados e restauradores. (As concepções são todas formuladas a partir imprensa moderada da época).

Os primeiros eram considerados aqueles que perdem a razão. Fugiam de idéias e atitudes razoáveis de uma racionalidade da coisa pública. Os que se rendem a paixões e sentimentos. Aqueles que possuíam maior conotação social em relação às camadas pobres de escravos, livres, mestiços. Por isso, recebiam o rótulo de anarquistas, demagogos, farroupilhas, jurujubas, feras.

Moderação se apresentava como sinônimo de razão. Ala composta por "*homens bons*", que prezavam a harmonia, os costumes, o bom senso, a sabedoria, a civilização, o equilíbrio entre o antigo e o novo. Imbuídos nas "novas idéias" do século XIX, pretendiam aniquilar um processo revolucionário que, em verdade, nunca houve na sociedade brasileira. Seu objetivo maior era regular as ações a fim de evitar excessos. Diante do contexto, em 1821 queriam a unidade entre Brasil e Portugal; em 1822, defendiam a Independência associada ao Imperador; durante o primeiro reinado, a preocupação era distanciar-se dos absolutistas e exaltados; em 1830, mudar o ministério e manter o monarca; após 1831, destituir o monarca para evitar a anarquia. Moderação foi, portanto, sinônimo de mobilidade.

Restauradores ficaram conhecidos como caramurus, caveira, mariola, pés-de-chumbo, marinheiros, papeletas, marotos. Têm como agenda política a soberania monárquica frente a popular. Na década de 20, procuram reiterar o antigo regime, negando a independência. Após a abdicação, em 1831, reivindicavam a volta de d. Pedro I e valorizavam a supremacia monárquica e a aproximação ao tradicionalismo português.

Essas tendências, observa Morel, além de político-partidárias foram de caráter pedagógico (parte II). Letrados, ilustrados, literatos, assim como comerciantes, militares, eclesiásticos – inseridos em circuitos livres ou/e fechados como a maçonaria ou associações (parte III) – propagavam o discernimento das *Luzes*, o cardápio civilizatório, em todas as direções. Os homens de letras foram em si artesãos da identidade nacional.

A partir da independência, praças, lagos, teatros do Rio de Janeiro tornavam-se lugares propícios para a gestação de respostas e contra-respostas a essas tendências. Transformaram-se em espaços de sociabilidade onde diversos estratos sociais se integravam. A nobreza, os militares, a Igreja, deixaram de monopolizar esses ambientes. Cartazes, panfletos com críticas à política e ao comportamento dos políticos eram afixados nesses locais, onde cada vez mais diferentes pessoas tinha acesso. Ocorre uma verticalização da opinião que se dizia pública.

Grosso modo, a opinião pública advém do julgamento privado, transfiguração de proposições individuais em opinião geral. No século das *Luzes*, frente ao poder absolutista, havia um público letrado imbuído na Razão que construía leis morais, abstratas, gerais que se tornaram fonte permanente

de crítica. A partir daí, a concepção de opinião pública passou a conferir legitimidade às sociedades ocidentais. Obviamente essa é uma discussão bastante controversa (p. 200 seg.). De qualquer maneira, na décadas de 1820 e 1830, a cidade imperial assistiu à passagem de espaços públicos marcados por formas de comunicação típicas do antigo regime – como gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em voz alta – para um espaço de consolidação da imprensa que valorizava leituras privadas e individuais para a formação de opinião via julgamento crítico de cada cidadão-leitor.

O debate político ganha intensidade nos impressos e formula-se um antagonismo latente, mesmo diante da visível heterogeneidade interna e externa. Aos partidários de Portugal, o Brasil era uma terra de macacos, negros e índios, sem possibilidade de ascender ao *statu* de civilização. Aos partidários do Brasil, os portugueses eram decadentes, parasitas das riquezas alheias, incapazes de construir uma nação próspera. Num plano mais rasteiro, Morel observa a existência de duas concepções de opinião pública insufladas pela imprensa: 1) intelectualizada e próxima da esfera literária, fundada na supremacia da razão; 2) coletiva e normativa identificada à vontade da maioria, tendo como fonte a sociabilidade pelo bem comum. Nesse sentido, o espaço público em transformação era composto por leitores ativos – sábios, literatos, ilustrados, esclarecidos, agentes dessa opinião – e passivos – público visto como rude, iletrado, sem instrução, miserável – que precisavam receber as luzes da civilização vinda dos letrados esclarecidos.

Contudo, a mensagem do livro diz respeito às dimensões políticas e culturais das transformações dos espaços públicos no processo de formação do Estado nacional brasileiro. Acentua a heterogeneidade dos atores e das idéias no cenário político da cidade imperial do Rio de Janeiro – relutando sutilmente teses já consensuais de Oliveira Viana, Raymundo Faoro, José Murilo de Carvalho, Fernando Uricoechea, Ilmar Mattos dentre outros que professam a homogeneidade ora política ora cultural ora territorial ora econômica da emergência do Estado e nação brasileiros.

A sociedade brasileira possui em sua gênese uma incestuosa relação entre público e privado. A análise das transformações dos espaços públicos incide impreterivelmente no exame da mutação do espaço privado. O acachapante analfabetismo e a exclusão maciça das massas populares restringem os espaços públicos de atuação política a ínfimas parcelas da população. O anacrônico autoritarismo, patrimonialismo e monopólio privado da violência frente à premente ausência de racionalização do Estado até os dias atuais compreende uma descontinuidade do espaço público que mais parece extensão e continuidade do privado dominante. Este trabalho de Morel é meritório, sobretudo, por representar o início de uma nova abordagem – transformação de espaços públicos de atuação política – sobre o passado/presente da sociedade brasileira que sempre aguarda um futuro diferente.